

“TEM CABEÇA MAS NÃO TEM PESCOÇO” – O PSF E AS MEDIAÇÕES INFORMAIS PARA O ACESSO A SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

Autor: Flavia Medeiros Santos - Universidade Federal Fluminense (UFF) / Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP)

Agência de fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Objeto e Objetivos: Encarando a prevenção da violência como prioridade na saúde pública (KRUG, 2002), e destacando que o modelo de descentralização utilizado atualmente nesse setor vem inspirando também o modelo de gestão da segurança pública no país, o que se busca inicialmente é elucidar o funcionamento do Programa de Saúde da Família no município de São Gonçalo/RJ e demonstrar de que formas as demandas públicas são mediadas pelos agentes do estado procurados frequentemente pela população.

Metodologia: A metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa pesquisa foi observação participante e entrevistas com os agentes do estado responsáveis pela administração da Secretaria Municipal de Saúde do município de São Gonçalo/RJ.

Resultados e conclusões: Os dados obtidos demonstram que intervenções na área de segurança pública têm priorizado políticas cuja perspectiva sobre o enfrentamento da violência não se limitem às ações policiais e sim a uma compreensão interdisciplinar com diversas modalidades de intervenção através de programas de diferentes áreas (AZEVEDO e FAGUNDES, 2007). Um desses programas é o PSF. Tal programa é uma política pública na área da saúde tida como um dos instrumentos de intervenção com caráter preventivo a violência e também possui a vertente descentralizadora do atendimento. É uma estratégia focada no atendimento a família e busca a reorientação assistencial, o acompanhamento e a manutenção da saúde de determinada comunidade.

Em São Gonçalo/RJ, observou-se durante o trabalho de campo que são constantes as negociações informais para o acesso a saúde municipal pela população e que tais são realizadas pelos agentes que justificam a prática como sendo um resultado da ineficácia dos programas da própria secretaria municipal de saúde. Pode-se concluir que apesar de considerado ideal (“tem cabeça”) pelos agentes do estado o programa não atende as demandas coletivas da população. Isso porque, segundo os entrevistados, a estratégia não vem atrelada (“não tem pescoço”) a outras políticas o que impossibilita a efetividade dos resultados com caráter preventivo e essa negativa contribui para o possível aumento dos problemas relativos à segurança pública.

Referências bibliográficas:

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; FAGUNDES, Andréa Lucas. Municipalização da segurança pública no Brasil: pressupostos teóricos e critérios para a implementação de políticas públicas de segurança. *Revista de Estudos Criminais*, Porto Alegre: Notadez, v.7, n. 26, p. 89-106, jul/set.2007.

BRONKHORST, Bernice van; FAY Marianne. Prevenção Comunitária do crime e da violência em áreas urbanas da América Latina: um guia de recursos para municípios. The World Bank, Department of Finance, Private Sector and Infrastructure Latin American Region. Novembro 2003.

DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA – DAB. *Atenção Básica e Saúde a Família*. Disponível em: <<http://dtr2004.saude.gov.br/dab/atencaobasica.php>>. Acesso em: 25 abril 2008.

KRUG, Etienne G. et al., eds. World report on violence and health. Geneva, World Health Organization, 2002.

NJAINE, Kathie; SOUZA Edinilsa Ramos de “Informação e Comunicação sobre violência: instrumentos para a cidadania”. In: Maria Cecília de Souza Minayo; Edinilsa Ramos de Souza. (Org.). *Violência Sob o olhar da Saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003, v., p. 269-282.